

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/342145876>

Os Desafios da Expansão do Ensino Superior e a Formação do Capital Humano em Moçambique

Research · June 2020

DOI: 10.13140/RG.2.2.11367.27045

CITATIONS

0

READS

769

1 author:



Domingos Carlos Batone

Escola Superior de Economia e Gestao, Maputo, Mozambique

13 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Pobreza e Desenvolvimento [View project](#)



Pobreza e Desenvolvimento [View project](#)

Os Desafios da Expansão do Ensino Superior e a Formação do Capital Humano em Moçambique

Domingos Carlos Batone¹

Resumo

Esta pesquisa intitulada “Os Desafios da Expansão do Ensino Superior e a Formação do Capital Humano em Moçambique”, analisa a qualidade, sustentabilidade e democratização do Ensino Superior e sua influência para o desenvolvimento do capital humano. No entanto, os resultados deste estudo evidenciam que apesar do aumento do número de Universidades, em diversos países em desenvolvimento, como Moçambique, muitas das pessoas mais pobres permanecem no sector rural e nele tendem a continuar por várias décadas, havendo necessidade de aproximar os estabelecimentos de ensino às comunidades. Para reduzir a pobreza, é preciso fazer algo por esse sector, a coisa certa a fazer é educar a população ate chegar ao nível superior e gerar o capital humano. Com base na literatura consultada, usando a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e apoiando-se na Teoria do Capital Humano, constatou-se que as experiências dos países bem-sucedidos dependiam da estabilidade social, e esta não pode ser mantida quando grandes parcelas da população ficam para trás na educação. Assim sendo, a educação superior não pode ser apenas uma saída, mas também uma via de ascensão na vida para obtenção de mais renda e consequentemente fomentar o desenvolvimento. Nesse sentido, chegou-se a conclusão de que a educação superior é o melhor caminho para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza em Moçambique, no entanto, deve-se preservar a sustentabilidade, qualidade e sua democraticidade.

Palavras-chave: Universidade, Ensino Superior e Capital Humano.

¹Docente Universitário e Coordenador de Qualidade na ESEG-Escola Superior de Economia e Gestão.
Endereço electrónico: dcbatone@gmail.com.

Abstract

This research entitled “The Challenges of Expanding Higher Education and the Formation of Human Capital in Mozambique”, analyzes the quality, sustainability and democratization of Higher Education and its influence on the development of human capital. However, the results of this study show that despite the increase in the number of Universities, in several developing countries, such as Mozambique, many of the poorest people remain in the rural sector and tend to continue there for several decades, with the need to bring establishments closer together teaching communities. To reduce poverty, it is necessary to do something for this sector, the right thing to do is to educate the population until reaching a higher level and generate human capital. Based on the consulted literature, using bibliographic research, documentary research and relying on the Human Capital Theory, it was found that the experiences of successful countries depended on social stability, and this cannot be maintained when large portions of the population fall behind in education. Therefore, higher education in these areas cannot be just a way out, it must also be a way of ascending life to obtain more income and consequently foster development. In this sense, the conclusion was reached that higher education is the best way to reduce social inequalities and poverty in Mozambique, however, the sustainability, quality and democracy of higher education must be preserved.

Keywords: University, Higher Education and Human Capital.

Introdução

Reparando para a educação colonial, Mondlane² (1975), considera que se o sistema for julgado quanto a finalidade de educar o africano na civilização portuguesa, deve reconhecer-se que falhou. Poucos africanos receberam qualquer espécie de ensino, e o resultado é que em Moçambique a população africana (nativos) era entre 95 a 98 por cento analfabeta. A maior parte da educação recebida por essa população era dada pela Igreja. Nesta fase, além da mera falta de escolas e lugares, há vários factores que impediam as crianças africanas a chegar a escola, desde o limite máximo de idade, e falta de meios pecuniários para o pagamento de propina.

Após a independência nacional, e sobretudo depois dos primeiros anos da década dos anos 1990, o ensino superior expandiu-se em número de alunos e instituições em todo o território nacional, embora inicialmente com alguma concentração em Maputo. A formação pós-graduada teve uma evolução semelhante, primeiro no exterior e mais recentemente com mestrados e alguns doutoramentos em Moçambique, a maioria com parcerias de instituições de ensino superior estrangeiras (Matos e Mosca, 2010).

O instrumento de gestão governamental da educação superior em Moçambique, o Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020), reconhece na sua matriz SWOT³ as seguintes ameaças: (i) Financiamento das IES públicas pelo Orçamento Geral do Estado gera a perversão das oportunidades de ensino; (ii) Fraca expressão da monitoria e controlo das actividades desenvolvidas nas IES; (iii) Politização das IES⁴; e (iv) Expansão descontrolada do ensino superior.

Várias reformas económicas na esfera educacional contribuíram para o aumento da preocupação com a eficiência da actividade das organizações educacionais e dos estabelecimentos de ensino superior, em particular, visto que, houve aumento da

²Doutor Eduardo Chivambo Mondlane foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

³*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) and *Threats* (Ameaças).

⁴Este fenómeno afecta a todas Instituições de Ensino Superior do mundo desde a criação da primeira Universidade.

concorrência nos mercados internacional e nacional de serviços educacionais. No entanto, houve também o crescimento da abertura informacional dos estabelecimentos de ensino superior e o papel das universidades no desenvolvimento económico e do capital humano foi reforçado.

Todos estes aspectos arrolados estão gradualmente levando a um novo objectivo dos estabelecimentos de ensino superior em Moçambique, que é a necessidade de demonstrar a eficiência de seus serviços de educação e com índices definidos, num contexto em que há baixas condições para efectuar despesas orçamentárias, ou seja, o problema da sustentabilidade financeira e eficiência do ensino superior são abordados com mais seriedade.

Em relação à expressiva expansão do número de instituições privadas de Ensino Superior, Silva, Beuren e Silveira (2007), destacam que isso resulta do facto das instituições públicas não conseguirem suprir, sozinhas, as necessidades de ensino superior. Foi em função disso, segundo Lobo e Silva Filho (2007), que um número maior de instituições de carácter privado é autorizado a operar em muitos países.

Moçambique não tem sido excepção nenhuma na privatização e expansão do Ensino Superior, contudo, neste processo progressivo de criação de IES no país, gerou um ambiente de muita competição intensa para a sobrevivência num mercado que fica cada vez mais abarrotado, pondo em causa a qualidade e sobrevivência de muitas organizações. Esse cenário demanda maior planeamento para garantir a sustentabilidade e qualidade destas organizações, que nos últimos tempos são desafiadas pelo regulador (CNAQ-Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior).

Num contexto em que à gestão académica das universidades moçambicanas é testada por um modelo de gestão profissionalizado, sustentado por um processo de gestão voltado ao desenvolvimento económico, formação do capital humano, ao controlo da qualidade pelo CNAQ e do resultado económico dos financiadores e accionistas das IES's, é formulada a seguinte questão: *De que forma os desafios da*

expansão do ensino superior podem afectar na formação do capital humano em Moçambique?

É do nosso entendimento que houve um crescimento em termos numéricos das IES's em Moçambique, o que levanta o desafio da sua sustentabilidade financeira e qualidade. Estes aspectos influenciaram para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, para além da necessidade da expansão do Ensino Superior no país, existem muitas limitações associadas ao planeamento deste crescimento, mas também a oferta de serviços educacionais de qualidade, sem negligenciar a missão das academias de desenvolver a pesquisa científica virada para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, foi definido como objectivo geral da pesquisa: analisar a influência da expansão do ensino superior na formação do capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Moçambique. Em termos de objectivos específicos, pretendia-se caracterizar os desafios da expansão e evolução das Instituições de Ensino Superior em Moçambique; Descrever os avanços e retrocessos na democratização do ensino para garantir a formação do Capital Humano e Desenvolvimento Económico no país; Reflectir entorno da qualidade e sustentabilidade de ensino superior no país.

Em relação aos procedimentos metodológicos foram usadas duas (2) técnicas para a recolha de dados, designadamente, a pesquisa bibliográfica que permitiu com que haja um bom conhecimento sobre o assunto pesquisado, os principais estudos na área, permitindo relacionar todas as fontes consultadas (desde livros, artigos jornais, e revistas científicas), respeitando sempre a disponibilidade da literatura, em primeira instância. E a pesquisa documental, que na visão de Corsetti (2006), é elaborada mediante materiais que não receberam nenhum tratamento analítico, ou seja, podendo ser reelaborados de acordo com um projecto de pesquisa. São base de trabalhos de investigação; e favorece a obtenção de dados sem constrangimento dos sujeitos. Essa técnica permitiu analisar dados oficiais existentes, relacionados a legislação do ensino superior e relatórios oficiais do ensino superior possibilitando a recolha de informação que de certo modo irá aprimorar os resultados sobre a problemática em estudo.

A História e Desafios Globais da “Universidade”

As universidades passaram por inúmeras transformações ao longo de sua história no último milênio. Na verdade, foram reinventadas inúmeras vezes, ora sofrendo mudanças drásticas, ora passando por lento processo evolutivo (Morhy, 2003). Considerando os objectivos e as diversificações nacionais e institucionais, não é uma tarefa fácil definir o ensino superior moderno e uma universidade. O ensino superior abrange uma ampla gama de instituições de ensino superior, incluindo a universidade. Essas instituições de ensino superior podem ser organizadas de diferentes maneiras, geralmente dentro de uma universidade ou separada desta (Alemu, 2018). Assim, se por um lado, o espaço universitário é, na sua essência, um lugar democrático por excelência, por outro, a formação a esse nível assegura, em princípio, competências que determinam uma visão mais alargada, flexível e um envolvimento mais consistente e conseqüente em prol do desenvolvimento e do bem-estar das nações (Noa, 2011).

Para Assié-Lumumba (2005), geralmente, o ensino superior envolve a universidade, que é um subconjunto do ensino superior e outros tipos de organização como escolas e institutos superiores. Em muitos contextos, o ensino superior e a universidade são usados de forma intercambiável.

O ensino superior moderno é definido como as actividades e instituições de ensino que incluem universidades convencionais, como faculdades de artes, humanidades ou ciências, e instituições universitárias mais especializadas em agricultura, engenharia, ciência e tecnologia. O conceito de ensino superior também inclui instituições pós-secundárias, como politécnicos, faculdades de educação (Alemu, 2018).

Em termos de historial, existe muita controvérsia sobre a origem da Universidade, por exemplo, de acordo com Romão (2013), esta velha senhora chamada “Universidade”, tem quase um milênio de existência, onde nasceu sob a dupla inspiração da universalidade e da corporação. No entanto, embora tenha dado

grandes contribuições à humanidade, lamentavelmente, o espírito corporativo acabou por predominar em sua estrutura e em seu funcionamento, logo, ela passou a produzir muito mais para suas próprias finalidades e para a realização de seus membros do que para a sociedade como um todo.

Na Europa, o entendimento sobre as universidades está intimamente ligado à Idade Média, quando as universidades apareceram pela primeira vez entre os séculos XII e XIII. A universidade supostamente construída em 1088 e localizada na cidade italiana de Bolonha tem sido considerada a universidade mais antiga do Ocidente (Alemu, 2018; Varela, 2013). Outros reivindicam outras instituições de ensino superior na outra parte do mundo. É, no entanto, óbvio que havia diferentes instituições de ensino superior nas diferentes partes do mundo nos tempos antigos e medievais que tinham interações e relações mútuas que deram origem ao modelo da Universidade Medieval Europeia que acabou se tornando um modelo para universidades no mundo moderno.

Na tentativa de historiar a Universidade, existem outras opiniões acerca da sua origem, nomeadamente as que defendem que as primeiras universidades surgem em África, mais precisamente, em Fez, Marrocos, no ano de 859, com a criação da Universidade de Karueein, e no Cairo, Egipto, em 988, com a fundação da Universidade de Al-Azhar (Varela, 2013).

De acordo com Alemu (2018), alguns centros de ensino superior no sudeste da Ásia, Egipto e Turquia desempenharam papel importante na preparação de seus jovens para os serviços públicos de sua sociedade. Por exemplo, o Templo da Literatura, estabelecido em 1076, foi efectivamente a primeira universidade do Vietnã, criada para homenagear Confúcio e educar os filhos de mandarins. O Templo da Literatura foi finalmente aberto a plebeus talentosos no século XIII. Esses estudantes usaram o ensino superior para avançar em suas carreiras no serviço público.

A actividade universitária nos séculos XII e XIII foi marcada por uma relação política tensa entre a universidade e a Igreja, entre a universidade e os estados, entre a universidade e as outras instituições religiosas e laicas (Silva, 2006). No século XV, foi

introduzida a prática de escrever os nomes dos novos médicos na estela de pedra. Hoje, cerca de 82 estelas retratam os nomes de cerca de 1306 doutorados concedidos pela conclusão bem-sucedida de exames exigentes (Alemu, 2018).

A nível internacional, um pouco por todo lado confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas actividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e Estado, a Universidade parece não estar preparada para enfrentar os desafios (Santos, 1989).

Nos dias de hoje, a Universidade se tornou mais permeável e mais sensível ainda aos abalos que ocorrem na sociedade e no Estado, porque, no actual estágio da acumulação capitalista, o conhecimento tornou-se a matéria-prima básica (Romão, 2013).

De acordo com Santos e Filho (2008), desde 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide da Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). A educação é um dos doze serviços abrangidos por este acordo e o objectivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais. O GATS transformou-se em pouco tempo num dos temas mais polémicos da educação superior, envolvendo políticos, universitários e empresários. Os seus defensores vêem nele a oportunidade para se ampliar e diversificar a oferta de educação e os modos de a transmitir de tal modo que se torna possível combinar ganho económico com maior acesso à universidade.

Esta oportunidade baseia-se nas seguintes condições: forte crescimento do mercado educacional nos últimos anos, um crescimento apenas travado pelas barreiras nacionais; difusão de meios electrónicos de ensino e aprendizagem; necessidades de mão-de-obra qualificada que não estão a ser satisfeitas; aumento da mobilidade de estudantes, docentes e programas; incapacidade financeira de os governos satisfazerem a crescente procura de educação superior. É este potencial de mercado

que o GATS visa realizar mediante a eliminação das barreiras ao comércio nesta área (Santos e Filho, 2008).

Segundo Romão (2013), a Universidade desenvolveu uma série de vícios, dentre os quais se destacam: o elitismo, o credencialismo, a fragmentação dos saberes, o cientificismo e a miopia em relação aos conhecimentos produzidos fora de seus muros, passou a ser uma prerrogativa das elites e de uma minoria de vanguardistas.

Esses argumentos esclarecem que os problemas do ensino superior são muito mais antigos do que imaginamos e os desafios tendem a aumentar na mesma proporção que o desenvolvimento da inovação e dos Estados acontece, no entanto, ter um plano de qualidade e plano de sustentabilidade fazem parte da agenda das IES no mundo.

A sustentabilidade financeira será um dos principais desafios para as universidades na próxima década: apenas instituições que tenham estruturas financeiras sólidas e fluxos de renda estáveis serão capazes de missões e responder aos desafios actuais em um ambiente cada vez mais complexo e global. De facto, a sustentabilidade financeira não é um fim em si; visa assegurar que os objectivos da universidade sejam alcançados garantindo que a instituição produz renda suficiente para investir em sua futura experiência académica e actividades de pesquisa (Sazonov *et al*, 2015).

Para estes autores, a diversificação de renda é uma ferramenta para atingir essas metas se as condições em que as universidades operam assim a permitirem. Por conseguinte, a massificação do ensino superior, exigências mais rígidas de responsabilização, novas demandas da sociedade por instituições competentes, e aumento das despesas com recursos humanos (custos de pensão, salários etc.) são apenas alguns exemplos com que as universidades são confrontadas. Logo, a sustentabilidade financeira é uma das características mais importantes para a avaliação da situação financeira de um estabelecimento de Ensino Superior.

De acordo com a pesquisa de Cerqueira (2016), as universidades renomadas internacionalmente como a de Yale, Princeton, Cambridge e Oxford são bons exemplos de sustentabilidade de IES, pois, podemos perceber através dos seus planos de sustentabilidade que têm presente no seu quotidiano a preocupação com a causa da sustentabilidade. Seja ela ambiental, financeira, ou social. Estas Universidades estão deveras comprometidas com o futuro dos seus estudantes, e das suas comunidades dentro e fora da Universidade, para que estes se comprometam em fazer do mundo um lugar melhor para viver.

De acordo com Mancebo (2004), a qualidade no ensino superior deve ser analisado tendo em conta os seguintes aspectos: 1) Missão da educação superior; 2) Autonomia; 3) Financiamento; 4) Acesso e permanência; 5) Estrutura e gestão; 6) Avaliação e 7) Conteúdos e programas. Um sistema de educação superior deve, necessariamente, abrigar instituições capazes de associar plenamente ensino, pesquisa e extensão. Por fim, há que se preservar a universidade e seu espaço de processamento crítico, analítico e de sistematização de conhecimentos, alçando assim, à condição de instituição autónoma e crítica.

As contribuições apresentadas pelos diversos autores são unânimes quanto ao significado da sustentabilidade e qualidade para o ensino superior. Nessa lógica, a sustentabilidade das IES deve ter em conta a capacidade de geração de receitas próprias para manter toda máquina funcional, pagamento de salários, manutenção das infraestruturas (salas de aulas, laboratórios, biblioteca, sala de informática, áreas desportivas e de lazer, residências estudantis, espaços comuns, estradas, internet e servidores etc), financiamento das actividades de pesquisa, preservar o meio ambiente e assistir a comunidade através das actividades de extensão universitária.

A qualidade das Instituições de Ensino Superior está relacionado com vários aspectos subjectivos, que muitas das vezes não são consensuais, no entanto, os pontos de convergência das abordagens de qualidade levam-nos para aspectos como a produção científica e publicação dos investigadores da instituição em revistas renomadas internacionalmente, a aceitação dos seus formados no mercado e nas

ordens profissionais em qualquer país, as transformações positivas causadas pelos seus projectos de extensão universitária para assistência a comunidade, o modelo de gestão que seja estratégico e permite a institucionalização dum plano de melhoria contínua, a existência dum sistema de garantia de qualidade que valorize e promova a participação dos professores, estudantes e membros do CTA (Corpo Técnico Administrativo) para a solução dos problemas institucionais, o número de professores com grau de Doutor dedicados a actividade de ensino e pesquisa integralmente.

A Contribuição da “Universidade” na Perspectiva da Teoria do Capital Humano

Nos anos 1950 e 1960 os trabalhos de Jacob Mincer, Theodore Schultz e Gary Becker estabeleceram as bases para a compreensão da relação entre educação, produtividade e renda do trabalhador. Esses trabalhos deram origem ao que se conhece como “teoria do capital humano”, segundo a qual a educação dota as pessoas de conhecimentos e habilidades capazes de torná-las mais produtivas e, assim, perceber mais renda. Este conceito é empregado, de forma diferenciada, nos modelos de crescimento endógeno, para explicar a influência do capital humano sobre o crescimento económico (Kelnar *et al*, 2013).

Além de mudar a maneira de avaliar o capital, o capitalismo dos profissionais deu origem à definição de um novo tipo de “capital”, o capital humano. Os dois economistas neoclássicos que formularam essa teoria (Schultz, 1961, 1980; Becker, 1962, 1993) obtiveram o Prémio Nobel de Economia, e o mereceram porque ao invés de usarem o método hipotético-dedutivo para construir castelos no ar, reconheceram a existência de um novo facto histórico: que o conhecimento tinha-se tornado semelhante ao capital físico, e que o investimento em educação é o modo pelo qual os indivíduos “acumulam” esse património e dele derivam ganhos ou rendimentos (Bresser-Pereira, 2011).

O principal pressuposto da Teoria do Capital Humano, que tem Gary Becker como um dos seus principais expoentes, é o de que os indivíduos avaliam racionalmente os custos e os benefícios de suas várias actividades e hábitos. Desta forma, os investimentos feitos pelo indivíduo em sua educação formal, na sua formação

e treinamento profissional e na aquisição de outros conhecimentos serão determinados pela relação entre os benefícios futuros que espera receber por estes investimentos e os custos associados aos mesmos (Santos, 2010).

Os modelos de crescimento económico consideram que a acumulação de capital humano pode beneficiar uma sociedade de duas formas distintas. Primeiramente, como factor de produção de bens finais da economia, o processo de acumulação de capital humano tem impacto directo sobre o nível de produção da economia. De forma complementar, o capital humano contribui para o progresso tecnológico, através da geração e/ou a adopção de novas tecnologias, permitindo a elevação da produtividade da economia e o crescimento económico de longo prazo (Barbosa *et al*, 2011). Para a Teoria do Capital Humano, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador. Ela melhora as habilidades e conseqüentemente a produtividade, o resultado pode ser observado no aumento de sua renda (Kelniar *et al*, 2013).

Segundo Drucker (2001), actualmente os empregos exigem mais conhecimento dos trabalhadores, e que os mesmos para se manterem empregados devem estar em um processo de aprendizado contínuo. Assim sendo, a ascensão de classe e melhoria na renda são para este autor um desafio. Os imigrantes também foram alvos da Teoria do Capital Humano. Na visão de Santos (2010), a decisão de investir em capital humano dependerá da percepção do imigrante sobre o tempo em que permanecerá no país receptor e da expectativa com relação ao tempo gasto para obter algum tipo de retorno do investimento.

Na percepção do Banco Mundial (2010), a discrepância entre as qualificações e a procura, salários iniciais abaixo das expectativas dos graduados, poucas oportunidades de trabalho e condições políticas instáveis são também responsáveis pela emigração de graduados dos países africanos e pela relutância dos que estudam no estrangeiro em regressar aos seus países de origem. A drenagem de cérebros subtrai continuamente alguns dos mais qualificados de todo o capital humano interno acumulado. Para essa organização, a emigração líquida da África Subsaariana foi de 570 mil pessoas em 1995, decaiu para 290 mil em 2000, tendo depois subido para 1,07

milhões em 2005. Estima-se que um terço delas tivesse formação universitária. Entendemos, que Moçambique não fica alheio a situação e contribui também para engrossar esses números.

Assim sendo, a presença de universidades favorece no desenvolvimento do capital humano para os imigrantes, mas também, dota a população local de capacidades e/ou competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para promover comportamentos ou soluções pro-desenvolvimento, no entanto, deve haver capacidade interna para absorver todo o capital humano criado, evitando deste modo, a evasão de quadros superiores. Esta pesquisa identificou os seguintes desafios para a expansão do ensino superior em Moçambique, que serão abordados a seguir com mais detalhes: democratização, qualidade e sustentabilidade.

Avanços e retrocessos na “democratização” do ensino superior em Moçambique

O ensino superior criado em Angola e em Moçambique na década de 1960 não absorveu a elite negra, de tal forma que, quando uma década depois colapsou o regime colonial, a elite negra não estava nas universidades de Angola e de Moçambique. Estava sim, sobretudo, nas matas combatendo o regime colonial, ou exilada no estrangeiro (Rosário⁵, 2013). A crença de que as pessoas poderiam ser emancipadas através da educação era central na filosofia da FRELIMO, desde a sua fundação e ao longo do período da luta de libertação, isto é, de 1962 até 1974 (Siteo⁶, 2006).

Para Siteo (2006), a crença no potencial de emancipação da educação levou a FRELIMO, enquanto ainda um movimento nacionalista, a atribuir uma prioridade elevada à educação, paralelamente à luta de libertação. Um bom exemplo desta

⁵O Prof. Doutor Lourenço Joaquim da Costa Rosário tem uma larga experiência na gestão do Ensino Superior em Moçambique, pois, foi Reitor da Universidade Politécnica de Moçambique (uma das primeiras Instituições de Ensino Superior privadas em Moçambique), presidente da Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE), presidente do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), presidente do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa (FBLP).

⁶Contribuiu bastante para a institucionalização do actual sistema de gestão de qualidade do Ensino Superior em Moçambique, visto que, o Prof. Doutor Eduardo J. Siteo foi Presidente do Conselho Nacional da Avaliação de Qualidade (CNAQ) do Ensino Superior.

posição política foi o Instituto Moçambicano, criado por Eduardo e Janet Mondlane em Dar-Es-Salaam. O Instituto Moçambicano foi inicialmente concebido para prover formação de nível secundário, bem como bolsas de estudo para estudantes que pretendiam prosseguir com os seus estudos no exterior, particularmente nos EUA e Europa Ocidental.

De acordo com Rosário (2013), no regime de partido único estabelecido pela Frelimo em 1975, o papel da universidade estava claramente definido em função das opções ideológicas, políticas e estratégicas que o Estado moçambicano popular adotou. A função da Universidade de Lourenço de Marques, transformada mais tarde em Universidade Eduardo Mondlane (UEM), era essencialmente a de produzir quadros que pudessem servir à Revolução Moçambicana – técnica, científica e ideologicamente preparados. Por isso, o corpo universitário, seus dirigentes, docentes, quadros técnico-administrativos e estudantes eram considerados quadros da revolução e, portanto, também a cada um cabia uma tarefa concreta nas grandes linhas do processo revolucionário.

Existem tendências de expansão do acesso ao ensino superior público que passamos a citar: (i) a estagnação da expansão (1986-2006); (ii) a expansão privatista, com a institucionalização dos chamados cursos (de Graduação) Pós-Laborais (2000-2007); e (iii) a expansão excludente (2005-2008), considerando os cursos oferecidos pelas novas instituições de ensino superior público criadas nesse último período. Essas três tendências, estão na direcção oposta ao direito humano à educação (superior) tal como é referenciado na documentação internacional divulgada pelas Nações Unidas (Gonçalves, 2018). Enquanto que, Cossa *et al* (2018), são deterministas ao assegurar que o percurso histórico do ensino superior em Moçambique pode ser escalonado, em termos cronológicos, em cinco períodos: (i) Antes da Independência Nacional: 1962 a 1975; (ii) Pós-Independência Nacional: 1975 a 1985; (iii) Surgimento de outras Instituições do Ensino Superior Públicas: 1985 a 1990; (iv) Liberalização do Ensino Superior em Moçambique: 1990 a 2010/17; e (v) Normaçoão do Ensino Superior: 2000 a 2017.

É verdade que o processo de democratização do país, por um lado, e a abertura de universidades privadas, por outro, a partir dos inícios e meados da década de 90, respectivamente, concorreram, em grande medida, para uma relativa dinâmica da liberdade intelectual, aliada a algum exercício de pensamento mais crítico, a nível das IES (Noa⁷, 2011).

Muitos moçambicanos, hoje em dia, falam da geração 08 de Março, uma geração que é geralmente equacionada com o espírito de patriotismo e vontade de se envolver em quaisquer tarefas consideradas necessárias para o avanço ou desenvolvimento do país. Uma das decisões críticas tomadas nessa data foi a criação da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, com vista a formar mais professores, rapidamente. As Faculdades de Letras e Ciências foram encerradas e atribuiu-se prioridade à formação de professores, bem como à formação em engenharia, ciências veterinárias, medicina, agronomia e economia (Sitoe, 2006).

Tendo em vista as condições de pobreza do país, as assimetrias regionais e a elevada crise fiscal sempre anunciada pelo governo, uma proposta democrática para a expansão do ensino superior público e de qualidade parece estar na acção do Estado que levou a implantação de Universidades públicas regionais (entre 2007 e 2008): uma no centro (a UniZambeze) e outra no norte (a UniLurio). São Universidades públicas que propiciam uma formação geral e técnica, capaz de preparar os indivíduos para produzir os conhecimentos requeridos para o desenvolvimento técnico e científico do país (Gonçalves, 2018). Neste caso, o capital humano tornou-se determinante para a promoção do progresso de Moçambique, garantindo que a educação superior chegue a mais pessoas, gerando rendimentos e capacidades para os moçambicanos.

Em termos numéricos, Moçambique tinha em 2012 cerca de 101.300 estudantes, o que representa 440/100.000, no ensino superior, quando a média da SADC é de cerca de 700/100.000. Este facto significa que Moçambique está entre os países em que a implantação do ensino superior é fraca e que precisa de rapidamente inverter a situação, assegurando equidade e qualidade (MINED, 2012).

⁷Em 2020 o Prof. Doutor Francisco Pedro dos Santos Noa exerce a função de Reitor na Universidade Lúrio (Uma Instituição de Ensino Superior pública moçambicana).

Há, no entanto, um facto inegável e que tem a ver com o crescimento exponencial de instituições de ensino superior e a sua respectiva população, no país, nos últimos 10 anos. Neste sentido, em 35 anos, portanto, desde 1975, passou-se de uma única instituição de ensino superior, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com cerca de 2.433 estudantes, para 38 IES, com mais de 101.300 estudantes, em 2010. Apenas nos últimos cinco anos, passou-se de 14 IES, em 2004, para as já referidas 38 (MINED, 2012). Em 2013, com cerca de 13 anos de expansão contínua e sem critério, o país passou de 5 para 44 Instituições de Ensino Superior, e de 10 mil estudantes para 120 mil (Rosário, 2013). Em 2019, o número atingiu 53 Instituições de Ensino Superior (MCTESTP, 2019).

Além de qualificar a população, a acção do Estado em expandir parece constituir uma democratização da educação superior, alargando as possibilidades de acesso a esse nível de educação para as populações das regiões Norte e Centro do país que apenas eram atendidas pela Universidade Pedagógica e pela Academia Militar (Gonçalves, 2018).

Na perspectiva de Noa (2011), a questão da expansão das IES que tem gradualmente mobilizado o interesse da sociedade, em geral, devido o aumento da população universitária ansiosa de obter um curso superior pelas implicações e vantagens que daí advêm, do ponto de vista da afirmação pessoal e profissional. E outro aspecto associados aos contornos mediáticos da aprovação de uma nova Lei do Ensino Superior em 2009 que instituiu, à imagem do processo de Bolonha, o sistema dos três ciclos, como sejam licenciatura, mestrado e doutoramento. E o ponto da discórdia que inflamou os ânimos e as opiniões dos intervenientes aos mais diversificados níveis assentou na questão da redução do tempo de formação do primeiro ciclo para três anos, na questão da empregabilidade e da mobilidade dos estudantes.

Nessa linha de raciocínio, Rosário (2013), assegura que o surgimento do Conselho de Reitores de Moçambique (CRM) foi um dos primeiros passos de autorregulação da vida das instituições de ensino superior de Moçambique. Com uma

agenda bem concreta, visando criar o espírito corporativo, o Conselho de Reitores debateu o déficit e a mobilidade excessiva dos docentes entre as diversas instituições (vulgo “turbo-professor”), debateu na sua agenda a questão da corrupção nas suas diversas e variadas vertentes e teve voz activa perante o Parlamento, quando se quis, adotar sem debate o processo de Bolonha mal digerido.

A questão do Conselho de Reitores foi proposta num escrito de Hamela⁸ (2003), quando argumentou que um órgão dessa natureza saberia melhor as necessidades que existem no ensino superior, do que o próprio Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia⁹, que funcionaria muito bem se estivesse no Ministério da Educação, dentro dum departamento como uma espécie de secretaria, assim o país pouparia anualmente cerca de 3,7 milhões de dólares americanos.

O ponto levantado por Noa e Rosário, sobre o “Bolonha de 3 anos”, fez com que muitas IES de forma autónoma voltassem para o regime dos quatro anos no nível de licenciatura, o que vigora até aos nossos dias, por conseguinte, Moçambique não tem o grau de bacharelato.

Apesar dos avanços nos números das IES, Langa (2014), é optimista e bastante cauteloso ao sublinhar que o processo de crescimento do acesso e a expansão das instituições do ensino superior poderá conduzir a massificação. No entanto, as taxas de participação do ensino superior em Moçambique ainda se situam abaixo dos 3%, que, por sua vez, estão abaixo da taxa média da África subsaariana de 6%.

Associado a este facto, Matos e Mosca (2010), indicam a presença de algumas zonas cinzentas no ensino superior que carecem de aprofundamento, tais como, o Estado não adquire ou não exerce consistentemente competências de regulação e fiscalização, por exemplo, quanto às condições de abertura de instituições de ensino e de cursos, na monitorização do funcionamento pedagógico e da qualidade, na

⁸Desempenha a função de Director Geral da Escola Superior de Economia e Gestão (ESEG), é um economista renomado, com mais de 20 anos de experiência no ensino superior, Co-fundador da CTA (Confederações das Associações Económicas de Moçambique), é economista sénior da USAID.

⁹Actualmente este ministério responde também pelo Ensino Técnico e Profissional. Sobrecarregando ainda mais este órgão.

avaliação das instituições e correspondente informação à sociedade sobre as opções de ensino. O Estado não esclarece sobre as áreas prioritárias de formação e investigação, as diferenças entre ensino superior universitário e politécnico, sobre o financiamento do ensino e a disponibilidade de bolsas de estudo, a aplicação de uma carreira docente e de investigação, a democraticidade das instituições, entre muitos aspectos.

Qualidade em Contextos de Insustentabilidade Financeira do Ensino Superior Moçambicano

Em Moçambique ficou provado que há insustentabilidade financeira no modelo de financiamento fiduciário em curso, no qual as IES públicas negociavam directamente com o Ministério das Finanças uma fatia do Orçamento do Estado. Este modelo não estava associado ao desempenho das IES e não incluía as instituições privadas, mas à sua capacidade de barganha. Após um longo processo de consultas com diferentes sectores envolvidos e interessados no ensino superior, nomeadamente, as próprias IES, os estudantes e o sector produtivo, aprovou-se em 2012 a estratégia de financiamento do ensino superior. A estratégia assenta fundamentalmente no princípio do *'cost-sharing'* e na alocação de fundos com base no desempenho das IES (Langa, 2014).

Para Matos Mosca (2010), o défice de oferta do ensino público foi sendo superado com o surgimento e desenvolvimento de universidades privadas, sem que existissem docentes formados para o crescimento de alunos e universidades verificado. Os investimentos concentraram-se em instalações, logo, as bibliotecas, laboratórios, equipamentos pedagógicos, organização e formação em gestão universitária, ficaram para segundo plano. A investigação só é possível com massa crítica efectivamente a tempo inteiro e afectação de recursos, e não gera retornos financeiros de curto prazo.

Segundo o Plano Estratégico do Ensino Superior de Moçambique (2012-2020), muitas fraquezas associadas a qualidade e sustentabilidade podem ser apontadas, nomeadamente, a baixa eficiência das IES (a qualidade dos produtos, graduados e

resultados de investigação está abaixo dos patamares a nível regional e internacional); 67.% dos docentes do ES são Licenciados e Bacharéis¹⁰; Percepção de baixa qualidade dos graduados (o saber fazer não corresponde às expectativas do mercado de trabalho); Percepção de baixa relevância dos cursos; Percepção de baixa relevância dos cursos; Pós-graduação deficiente e desalinhada com a investigação; Número reduzido de IES que oferecem níveis de mestrados e doutoramentos; Insuficiência de recursos financeiros (cerca de 18.6% do Orçamento do Estado do sector da educação é destinado ao Ensino superior público) e escassos recursos especificamente destinados à investigação.

Uma abordagem mais pragmática é trazida por Noa (2011), ao destacar que as razões ligadas à sustentabilidade das IES, à cultura de gestão dominante, contingente e pouco estratégica, à inexistência de uma massa crítica interna, à falta de uma cultura e prática de investigação sistemática, ao predomínio de redes precárias ou pontuais de intercâmbio regional e internacional, entre outras, impossibilitam o florescimento de princípios e valores que caracterizam uma convivência académica genuína, consistente e produtiva que assegure a preparação de quadros com a necessária qualidade científica, técnica, cultural e cívica.

Através duma abordagem bastante contundente, Matos e Mosca (2010), consideram que a solução para a qualidade dos quadros formados pode ser exógena, pois, descrevem que a expansão sem qualidade implica certamente custos por aluno superiores, pelo menos socialmente, aos que existiriam se houvesse o pagamento de propinas aos mesmos estudantes (bolseiros) para se matricularem numa universidade mais distante. O acesso ao ensino seria assegurado, a qualidade preservada e os custos seriam mais baixos.

Acreditamos que o posicionamento de Noa (2011), caracteriza muito bem alguns elementos importantes para entender a educação superior em Moçambique, numa perspectiva de qualidade e sustentabilidade.

¹⁰Esse grau foi extinto no sistema de ensino. Actualmente os ciclos envolvem o grau de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

A auto-avaliação feita pelo Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020), anuncia outras fraquezas relacionadas a qualidade da educação superior em Moçambique, tais como: (i) Prevalência de IES com estrutura de gestão limitada em termos de quantidade e qualidade de recursos humanos; (ii) Os órgãos e elementos de gestão de maior parte das IES não são sufragados; (iii) Baixos índices de democraticidade interna em grande parte das IES; (iv) Baixa remuneração dos docentes e investigadores que leva muitos a procurarem ocupar lugares de gestão dentro das IES; (v) Nas IES privadas os docentes têm que alternar a leccionação com actividades administrativas não lhes restando tempo para a preparação das aulas ou para a pesquisa; (vi) Prevalência de uma gestão de contingência em detrimento de uma gestão estratégica; e (vii) Os novos ciclos de formação (licenciatura e mestrado) não estão em linha com a investigação.

A realidade moçambicana demonstra que existe a percepção da baixa qualidade dos formandos. Preparação técnica fraca, o que significa insuficiências no saber, dificuldades no saber fazer e lacunas na cultura do saber estar com dignidade (Matos e Mosca, 2010).

Discutir o ensino superior é, para todos os efeitos, debruçarmo-nos sobre aquele que é o eixo principal da busca de excelência, a todos os níveis, no processo de desenvolvimento de um país como Moçambique. Entretanto, o governo decidiu, em 2010, suspender o licenciamento de novas instituições de ensino devido à falta de qualidade apresentada por muitas delas. Nessa decisão, o que sobressai é a preocupação em encontrar um instrumento que assegure o cumprimento de padrões mínimos de qualidade tanto no licenciamento como no funcionamento das Instituições de Ensino Superior, por essa razão o CNAQ (Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior) encabeçou esse processo através de vários instrumentos do sistema de garantia de qualidade, a destacar: (i) SNATCA: Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos; (ii) SINAQUES: Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; e (iii) QUANQUES: Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior.

Em Moçambique a implantação do Sistema de Gestão de Qualidade numa Instituição de Ensino Superior é um dos requisitos para a acreditação dos cursos e programas pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ). No que concerne a sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior em Moçambique, o processo progressivo de criação de IES's no país, gerou um ambiente de muita competição intensa para a sobrevivência num mercado que fica cada vez mais abarrotado, pondo em causa a qualidade e sobrevivência de muitas organizações, que nos últimos tempos são desafiadas pelo regulador (CNAQ) para a melhoria da qualidade.

A tese de Matos e Mosca (2010), é clara e consistente, ao destacar que Universidades que não forem capazes de crescer e de criar massa crítica (docentes e investigadores envolvidos em acções de formação pós-graduada associada a projectos de investigação) correm o risco de optar por estratégias facilitistas em busca da sobrevivência financeira, hipotecando a qualidade. Só com dimensão é possível possuir massa crítica e aplicar estratégias integradas de formação nos diferentes níveis, investigação associada às áreas de ensino, formar corpo docente próprio (*in breeding*), realizar extensão universitária, atrair corpo docente de prestígio, estabelecer parcerias internacionais com instituições de mérito e participar em programas de mobilidade de estudantes, docentes e investigadores.

Através dum estudo desenvolvido na antiga Universidade Pedagógica (actualmente UniMaputo-Universidade Maputo), Ngovene (2019), evidenciou que a UP não consegue ser sustentável nas suas actividades, pois, nos anos em que faz referência a pesquisa (2014 a 2017), as receitas próprias nunca superaram as despesas totais, gerando uma situação financeira deficitária, dependendo mais do Orçamento do Estado. No entanto, observa-se realmente uma incapacidade na arrecadação de receitas próprias para o financiamento do défice entre as IES públicas.

A privatização do ensino superior público, tomando como exemplo a Universidade Eduardo Mondlane, a oferta do ensino no período nocturno (pós-laboral), tornou a educação superior numa miragem e mercadoria para as maiorias sociais (Gonçalves, 2018). Isso significa que as IES públicas tem aplicado preços mais altos no

período pós-laboral, diferentemente do turno diurno (laboral), como principal fonte de receitas próprias, mesmo assim são insuficientes.

Estes dois exemplos (UEM e UP), das primeiras IES públicas moçambicanas, demonstram a insustentabilidade financeira destas, na medida em que, a principal fonte de receitas próprias é o ensino pós-laboral que paga mensalidades, em detrimento do laboral que faz as inscrições apenas uma vez por semestre e alberga mais estudantes. O outro grupo das IES, as privadas, a situação revela-se alarmante, visto que, inflacionam os preços e transformam a educação superior num negócio desordenado, com docentes pouco qualificados que acabam formando quadros sem a qualidade exigida pelo mercado de emprego.

A falta de qualidade fez com que em 2018 o Ministério do Ensino Superior, Técnico Profissional, Ciência e Tecnologia fechasse muitas delegações das IES's privadas, por não reunirem vários requisitos mínimos para continuarem a funcionar, tais como: Gestão de Negócios, Instituto Monitor, Escola Superior de Economia e Gestão e Universidade A Politécnica na província de Gaza; Mussa Bin Bique, em Inhambane, Ciências e Gestão, em Sofala, Gestão Comercio e Finanças em Tete. Anos posteriores, algumas reformaram as suas infra-estruturas, programas, bibliotecas etc., e voltaram a reabrir gradualmente, mas, herdaram um grande fardo para resolver a situação dos estudantes que pararam com as aulas no período de suspensão das actividades.

Em contrapartida, o Banco Mundial¹¹(2010), que sempre apoiou a liberalização do ensino superior em Moçambique, observa que a solução para a sustentabilidade no ensino superior “podem ser” as universidades privadas, institutos técnicos, centros de ensino superior comunitários não residenciais e programas de aprendizagem à distância, vias financeiramente viáveis para um aumento continuado de matrículas,

¹¹Foi desenvolvida uma pesquisa correspondente a tese de Doutoramento de MACUACUA (2019), com o título **“O Banco Mundial e a Educação Superior nos Países em Desenvolvimento: O Caso de Moçambique”**, que aprofunda mais a contribuição desta instituição, cuja principal conclusão é questionável, visto que, desvaloriza os resultados obtidos em termos do crescimento do número de IES nos últimos anos (proximidade às comunidades), mas tem seu mérito ao questionar a qualidade desta expansão, pois, argumenta que a intervenção do BM em Moçambique não surtiu ainda os efeitos desejados de promoção de um ensino superior que garante maior e melhor acesso, equidade, qualidade, relevância e capacidade de contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

enquanto as instituições públicas se consolidam, procurando fundamentalmente aumentar a qualidade, robustecer a investigação e solidificar os programas de ensino de graduação. Entende-se que o foco desta abordagem é crescer (em termos numéricos), para depois melhorar a qualidade, que para o contexto moçambicano, coincidentemente foi o caminho seguido, dado que, actualmente (em 2020), o país tem mais instituições privadas¹², trinta e uma (31), contra cerca de vinte e duas (22) instituições públicas.¹³

Conforme reforça Rosário (2013), esse crescimento das IES que não teve em conta as próprias leis, ignorou igualmente os fatores mínimos que são de senso comum, nomeadamente: infraestrutura, equipamento, corpo docente, bibliotecas, sistemas de comunicação e sistemas de transferência de conhecimento e de informação, de que resulta um reajustamento que permite um funcionamento tido como normal, dentro dessas anormalidades todas.

As fragilidades do sistema de ensino superior moçambicano que afectam directamente a democratização, sustentabilidade e qualidade do mesmo, podem perigar o futuro duma nação inteira. Na visão de Matos e Mosca (2010), o mau ensino dificulta a meritocracia e a organização da sociedade democrática com crescente igualdade de oportunidades, mas também, gera desemprego ou emprego desajustado de técnicos com “suposta” qualificação superior e pode provocar instabilidade social.

Assim sendo, a abertura do mercado de ensino superior para o sector privado favoreceu para a expansão das universidades em Moçambique, contudo, a qualidade da formação do capital humano constitui um desafio muito sério que é posto em causa por vários autores (Matos e Mosca, 2010; Gonçalves, 2018; Rosário, 2013; Langa, 2014).

¹²Em 2019, Moçambique tinha 10 Universidades, 19 Institutos Superiores e 2 Escolas Superiores privadas, o que totalizava 31 instituições.

¹³Os dados do ministério que tutela o ensino superior evidenciam que em 2019 tinham 9 Universidades, 8 Institutos Superiores, 2 Escolas Superiores e 3 Academias, totalizando 22 Instituições de Ensino Superior Públicas.

Conclusão

O ensino superior é um dos componentes importantes do sistema de educação, daí que não seja possível ser dissociado enquanto objecto de análise, sobretudo no que a qualidade diz respeito, da formação nas escolas primárias e secundárias e do desenvolvimento global da sociedade, daí que, qualquer estratégia que implique a melhoria da qualidade deverá levar em consideração os outros subsistemas de ensino.

Observou-se que as experiências do ensino superior nos países bem-sucedidos dependiam da estabilidade social, e esta não pode ser mantida quando grandes parcelas da população ficam para trás na educação, devido aos actuais índices de pobreza e falta de meios pecuniários. Assim sendo, a educação superior nas regiões mais pobres não pode ser apenas uma saída, mas também uma via de ascensão na vida para obtenção de mais renda através do capital humano e conseqüentemente fomentar o desenvolvimento. Nesse sentido, chegou-se a conclusão de que a educação é o melhor caminho para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza em Moçambique.

Assim, concluímos que a expansão do ensino superior em Moçambique pode influenciar positivamente no desenvolvimento económico através da disponibilidade e acessibilidade dos serviços educacionais a todos, desde que a formação do capital humano seja uma agenda prioritária do governo do dia e haja compromisso expresso numa estratégia de melhoria da qualidade, sustentabilidade e democratização das Instituições de Ensino Superior. A educação de muitos indivíduos, a generalização da educação para toda a sociedade, acarreta externalidades positivas, abre caminho para a inovação e melhoria do bem-estar social da sociedade. O Estado desempenha um papel importante neste processo, por essa razão deveria mobilizar mais meios para o ensino superior de forma a recuperar o atraso em relação aos outros países da região, promover a formação do corpo docente das Universidades nos níveis de mestrado e doutoramento para melhorar a internacionalização e o posicionamento das instituições moçambicanas no mundo.

Referência Bibliográficas

- ALEMU, S. K. (2018). **The meaning, idea and history of university/higher education in africa: a brief literature review**. FIRE: Forum for International Research in Education. Vol. 4, N° 3.
- ASSIE-LUMUMBA, N. (2005). **Higher Education**. In Africa: Crises, Reforms and Transformation. Senegal: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODSERIA).
- BANCO MUNDIAL (2010). **Acelerando o Passo: Educação Terciária para Crescimento Económico na África Subsariana**. Washington DC: World Bank.
- BARBOSA, M. P., PETTERINI, F. C., FERREIRA, R. T. (2011). **Composição do capital humano, crescimento econômico e produtividade total dos fatores nos municípios brasileiros**.
- BECKER, G. S. (1993). **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993, 390 p.
- BORJAS, G. J. (1989). **Economic theory and international migration**. International Migration Review. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989, p. 457-485.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2011). **A organização e o novo conceito de capital no capitalismo dos profissionais**. Textos para Discussão, 279.
- CELQUEIRA, F. M. M. C. (2016). **A Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior- O Caso da Universidade de Coimbra**. (*Dissertação de mestrado*). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CORSETTI, B. (2006). **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos**. UNIrevista, v.1, n.1.
- COSSA, F. R., BUQUE, V. L., PREMUGY, C. I. C. (2018). **Desafios de Normaçoão do Ensino Superior em Moçambique e suas Implicações na Qualidade de Ensino**. Comunicação FORGES.
- DRUCKER, P. F. (2001). **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel.
- GONÇALVES, A. C. P. (2018). **O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008)**. Sorocaba, Avaliação, Campinas, v. 23, n. 1.
- HAMELA, H. (2003). **Moçambique: Economia de Mercado ou Socialismo de Capital**. Maputo: Ndjira.
- KAIMEN, S. et al (2008). **Normas de documentações aplicadas na área de saúde: um manual para o uso dos requisitos uniforme do International Committee of medical journal editors**.
- KELNIAR, V. C., LOPES, J. L., PONTILI, R. M. (2013). **A teoria do capital humano: revisitando conceitos**.
- LANGA, P. V. (2014). **Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico**. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE.

- MACUACUA, E. F. (2019). **O Banco Mundial e a Educação Superior nos Países em Desenvolvimento: O Caso de Moçambique**. (tese de doutoramento) Lisboa: ISEG/Universidade de Lisboa.
- MANCEBO, D. (2004). **Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88.
- MATOS, N., MOSCA, J. (2010). **Desafios do ensino superior**. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE.
- MCTESTP (2019). **Instituições Públicas do Ensino Superior em Moçambique**. Maputo: Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.
- MINED (2010). **Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020)**. Maputo: Ministério da Educação.
- MONDLANE, E. (1975). **Lutar por Moçambique**. 1. Ed. Terceiro Mundo.
- MORHY, L. (2003). **Universidade em Questão**. Brasília.
- NGOVENE, C. (2019). **A influência do planeamento estratégico na sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior em Moçambique: caso da Universidade Pedagógica (2014-2018)**. (dissertação de mestrado). Maputo: Universidade Técnica de Moçambique.
- NOA, F. (2011). **Ensino superior em Moçambique– políticas, formação de quadros e construção da cidadania**. COOPEDUI.4.2.
- ROMÃO, J. E. (2013). **Paulo Freire e a Universidade**. Revista Lusófona de Educação, 24.
- ROSÁRIO, L. J. D.C. (2013) **Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique**. Ensino Superior Unicamp. N.10.
- SANTOS, B. S. (1989). **Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 27/27.
- SANTOS, B. S.; FILHO, N. A. (2008). **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra.
- SANTOS, M. A. (2010). **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- SAZONOV, S. P. et al (2015). **Evaluating Financial Sustainability of Higher Education Institutions**. Asian Social Science; v. 11, n. 20. Published by Canadian Center of Science and Education.
- SILVA, F. L. (2006). **Universidade: a idéia e a história**. ESTUDOS AVANÇADOS, V. 20, N. 56.
- SILVA, T. P., BEUREN, I. M.; SILVEIRA, A. (2007). **Análise da concorrência entre Instituições de Ensino Superior do Vale do Itajaí/SC**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 2.
- SITOE, E. (2006). **Trajectória Histórica da Modernização do Estado Através do Desenvolvimento de Recursos Humanos em Moçambique**. In: Eduardo Siteo & Nichols Awortwi (Org.). Perspectivas Africanas Sobre a Nova Gestão Pública Implicações para a Formação de Recursos Humanos. Maputo: Shaker Publishing.
- VARELA, B. L. (2013). **A universidade, o currículo e o conhecimento: das origens aos tempos actuais**. Praia: Colecção Aula Magna.